



**Conselho de Dirigentes dos Órgãos  
de Controle Interno da União**

**Ata  
Reunião Ordinária**

**Evento:** Reunião Ordinária

**Data:** 16/8/2017 | **Horário:** 14h30min às 18h20min | **Local:** Sala de Conferências do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

**Relator:** Geovani Ferreira de Oliveira

**I. PARTICIPANTES**

Seq.	Nome	E-mail	Órgão
1	Eduardo Pereira da Silva	<a href="mailto:eduardo@senado.leg.br">eduardo@senado.leg.br</a>	Senado Federal (SF)
2	Iara Beltrão Gomes de Souza	<a href="mailto:iara.souza@camara.leg.br">iara.souza@camara.leg.br</a>	Câmara dos Deputados (CD)
3	João Luiz Pereira Marciano	<a href="mailto:joao.marciano@camara.leg.br">joao.marciano@camara.leg.br</a>	Câmara dos Deputados (CD)
4	Salatiel Gomes dos Santos	<a href="mailto:salatiel.santos@cnj.jus.br">salatiel.santos@cnj.jus.br</a>	Conselho Nacional de Justiça (CNJ)
5	Leandro Matos de Almeida Ramos	<a href="mailto:leandro.ramos@stj.jus.br">leandro.ramos@stj.jus.br</a>	Supremo Tribunal Federal (STF)
6	Janaina Lucas Ribeiro	<a href="mailto:janaina.l.ribeiro@cgu.gov.br">janaina.l.ribeiro@cgu.gov.br</a>	Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU)
7	Antonio Gomes Ferreira	<a href="mailto:antonioferreira@cnmp.mp.br">antonioferreira@cnmp.mp.br</a>	Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)
8	Edson Alves Vieira	<a href="mailto:eavieira@mpu.mp.br">eavieira@mpu.mp.br</a>	Ministério Público da União (MPU)
9	Geovani Ferreira de Oliveira	<a href="mailto:geovanio@stj.jus.br">geovanio@stj.jus.br</a>	Superior Tribunal de Justiça (STJ)
10	Ana Paula Santana da Silva	<a href="mailto:apaulas@stj.jus.br">apaulas@stj.jus.br</a>	Superior Tribunal de Justiça (STJ)
11	Wadson Sampaio Pereira	<a href="mailto:wadson@stj.jus.br">wadson@stj.jus.br</a>	Superior Tribunal de Justiça (STJ)
12	Diocésio Sant'anna da Silva	<a href="mailto:diocesio@stj.jus.br">diocesio@stj.jus.br</a>	Superior Tribunal de Justiça (STJ)
13	Valdemir Regis Ferreira de Oliveira	<a href="mailto:secin@stm.jus.br">secin@stm.jus.br</a>	Superior Tribunal Militar (STM)
14	Edson Leonardo Sá Teles	<a href="mailto:edson.teles@presidencia.gov.br">edson.teles@presidencia.gov.br</a>	Ciset/Presidência da República (Ciset/PR)
15	Luis Fernando Wasilewski	<a href="mailto:Luis.wasilewski@itamaraty.gov.br">Luis.wasilewski@itamaraty.gov.br</a>	Ciset/Ministério das Relações Exteriores (MRE)
16	Wagner Martins de Moraes	<a href="mailto:wagnermm@tcu.gov.br">wagnermm@tcu.gov.br</a>	Tribunal de Contas da União (TCU)
17	Wilson Mauricio Paredes Ferreira Lima	<a href="mailto:wilsonfl@tcu.gov.br">wilsonfl@tcu.gov.br</a>	Tribunal de Contas da União (TCU)
18	Wagner Azevedo da Silva	<a href="mailto:wagner.silva@trt10.jus.br">wagner.silva@trt10.jus.br</a>	Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT 10)
19	Marcia Fernandes Casagrande	<a href="mailto:marcia.casagrande@dpu.def.br">marcia.casagrande@dpu.def.br</a>	Defensoria Pública da União (DPU)
20	Handerson Pereira de Andrade	<a href="mailto:handerson.andrade@dpu.def.br">handerson.andrade@dpu.def.br</a>	Defensoria Pública da União (DPU)
21	Mércia Giselle dos Santos Oliveira	<a href="mailto:mercia.oliveira@tse.jus.br">mercia.oliveira@tse.jus.br</a>	Tribunal Superior Eleitoral (TSE)
22	Roberto Jorge da Silva	<a href="mailto:sci@tse.jus.br">sci@tse.jus.br</a>	Tribunal Superior Eleitoral (TSE)
23	Marília André da Silva Meneses Graça	<a href="mailto:secoi@trf1.jus.br">secoi@trf1.jus.br</a>	Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1)
24	Sheyla Aires Ramos	<a href="mailto:secoi@tst.jus.br">secoi@tst.jus.br</a>	Tribunal Superior do Trabalho (TST)
25	Angelita da Mota Ayres Rodrigues	<a href="mailto:angelita@cjf.jus.br">angelita@cjf.jus.br</a>	Conselho da Justiça Federal (CJF)
26	João Batista da Silva	<a href="mailto:joao.batista@tjdft.jus.br">joao.batista@tjdft.jus.br</a>	Ciset/Ministério da Defesa (Ciset/MD)



**PAUTA**

1. Discussão e aprovação da ata da reunião anterior – dia 16/5/2017;
2. Apresentação do andamento das ações acordadas pelos conselheiros na reunião anterior;
3. Apreciação da Identidade visual e decisão sobre alteração do nome e sigla do Conselho;
4. Logística das reuniões após ampliação do número de membros;
5. Fórum Dicon – discussão das iniciativas;
6. Considerações Finais.

**II. ABERTURA**

Geovani Ferreira de Oliveira, presidente do DICON, abriu a reunião convidando a 2ª Vice-Presidente, Mércia Giselle dos Santos Oliveira (SCI/TSE), para compor a mesa de coordenação da reunião. O presidente agradeceu a presença de todos e ressaltou a importância da participação efetiva de todos os dirigentes em cada reunião, a fim de dar maior legitimidade às decisões e encaminhamentos das ações atinentes aos temas de interesse dos Órgãos de Controle Interno (OCI).

**III. SÍNTESE DA DISCUSSÃO DOS ITENS DA PAUTA**

- |   |  |
|---|--|
| 1. Discussão e aprovação da ata anterior – (reunião do dia 16/5/2017)                   | 1.1. A primeira versão da ata foi enviada a todos os participantes anteriormente, as sugestões apresentadas foram incorporadas ao texto.<br>1.2. A versão final foi enviada junto ao convite para a presente reunião, a qual foi aprovada por todos.   |
| 2. Apresentação do andamento das ações acordadas pelos conselheiros na reunião anterior | 2.1. <b>Integração dos dirigentes de todos os OCI ao DICON:</b> Geovani (AUD/STJ) informou que os representantes dos OCI que ainda não integram o DICON foram convidados, sendo sugerido o prazo para manifestação até o dia 18/8/2017. Informou também que a adesão estava andando bem e com boa receptividade pelos dirigentes convidados.<br>2.2. <b>Elaboração de documento com sugestões ao TCU para fortalecimento dos OCI:</b> Essa ação também ficou sob a responsabilidade da AUD/STJ. Geovani apresentou, para apreciação dos conselheiros, oito pontos que poderiam compor tal documento. De maneira geral, os pontos foram confirmados, à exceção do que tratava da possibilidade de o TCU fazer a avaliação externa das auditorias internas (OCI), o qual será retirado da proposta, pois, conforme argumentou o representante da referida Corte de Contas, Wagner, o TCU não adota o padrão do IIA como referência, o que poderia trazer problemas para a avaliação, além de não ser órgão que faça esse tipo de trabalho. Nesse sentido, a posição do colegiado foi de que a revisão por pares ficaria melhor na função de avaliação externa da atividade de auditoria interna. A lista dos pontos segue anexa a esta ata, sendo que foram solicitadas sugestões dos membros quanto a outros tópicos que poderiam compor o documento. O documento final será apresentado ao TCU por uma comissão de até quatro dirigentes de OCI, em reunião a ser agendada com o presidente e secretários-gerais da Corte de |



Contas.

- 2.3. **Página do DICON na Internet e Identidade Visual:** Com relação a esta ação, que também ficou a cargo da AUD/STJ, Geovani informou que a página já está praticamente adequada para a publicação, o que deverá ocorrer em duas semanas. Quanto à logomarca, aprovada na reunião anterior, Geovani apresentou as opções de cores que a comporão e também o padrão de assinatura institucional do Conselho, questões aprovadas por todos (ver item 3 da pauta). Ademais, informou que será enviado, em breve, para validação dos membros, documento explicando a marca e a identidade visual do Conselho.
- 2.4. **Referencial estratégico do DICON:** Esta ação ficou a cargo dos representantes do Senado (SF) e da Câmara dos Deputados (CD). Eduardo (SF) informou que haverá reunião, na semana 21 a 25/8, para discutir proposta de redação da missão e visão a ser apresentada aos membros. Entretanto, alertou que havia duas linhas a seguir: (i) o DICON atuar como órgão deliberativo, na qual suas decisões vinculariam os órgãos integrantes, com poder normativo; (ii) o DICON atuar como um fórum de discussão de assuntos e práticas comuns aos OCI, de cunho opinativo e orientador. O assunto foi colocado em votação e, após discussão, foi decidido que a visão o DICON deve se configurar como um fórum de debates, de caráter orientador de boas práticas, não tendo legitimidade para impor suas decisões.
- 2.5. **Diagnóstico dos OCI:** Ação que ficou sob a responsabilidade do representante do TCU, Wagner, que informou haver sido elaborada uma proposta inicial de questionário, a qual foi submetida ao presidente. Ele apresentou a estrutura do formulário, com as sugestões propostas pelo Geovani já incorporadas. Foi sugerida a inclusão de questões sobre a existência de cargo específico para auditor no órgão (Edson, do MPU) e de existência de plano de gestão de risco do órgão ao qual se vincula o OCI, e seu grau de implementação (Antônio Gomes, do CNMP). Geovani sugeriu que seja utilizada ferramenta eletrônica para coleta das respostas (ex. *lime survey*, *survey monkey*), a fim de facilitar a tabulação e interpretação, uma vez que serão coletadas informações de 75 órgãos de controle interno. Wagner ficou de avaliar a utilização do *lime survey*, disponível no ambiente tecnológico do TCU.
- 2.6. **Revisão do Estatuto e Regimento Interno do DICON:** Esta ação ficou a cargo dos representantes do CJF e do STF, na reunião anterior. De acordo com a Angelita (CJF), a elaboração da minuta dos documentos que regulamentam a atuação do Dicon está a cargo do STF, para que depois seja encaminhada ao CJF para discussão e posterior apresentação ao Conselho. Como nesse momento, por falha na convocação da reunião, o representante do STF ainda não estava presente, o presidente ficou de fazer o contato posterior para avaliar o andamento da ação.



3. Apreciação da  
Identidade visual  
e do nome Dicon

- 3.1. Conforme o item 2, a logomarca havia sido aprovada na reunião anterior. Nesta reunião, foram trazidas apenas duas questões sobre o tema: (i) definição das cores da logomarca e (ii) do padrão de assinatura institucional.
- 3.2. Em relação às cores, a proposta feita pelo Geovani foi aprovada por unanimidade. Assim, as cores são verde, amarelo, cinza e azul (ver logo abaixo), na qual cada cor representa um poder da União. O verde, que representa liberdade, esperança - Poder Legislativo, depositária das esperanças do povo e ambiente de livre pensar. O amarelo, que significa luz, otimismo, será adotado para representar as Funções Essenciais à Justiça, pois, compõe-se de órgãos que devem por luz sobre as ações de pessoas, especialmente as públicas, fazendo as investigações, elaborando os inquéritos, exigindo transparência, deixando as coisas às claras. A cor cinza, significando estabilidade e solidez, que representará o Poder Judiciário, indicando a racionalidade e a objetividade que se deve ter nas decisões. O azul, que significa tranquilidade, serenidade e harmonia, representaria o Poder Executivo, indicando que seus membros e órgãos devem agir com serenidade e tranquilidade na condução dos programas governamentais e também em harmonia com os outros poderes e com as necessidades dos cidadãos.



- 3.3. Quanto à assinatura institucional, foram sugeridos dois tipos padrões, sendo aprovada a forma indicada abaixo.



4. Logística das  
reuniões após  
ampliação da  
composição

- 4.1. Com a adesão dos novos OCIs ao DICON, haverá a necessidade de se definir a logística para garantir a efetiva participação daqueles situados fora de Brasília. Nesse sentido, foram apresentadas algumas sugestões.
- 4.2. Geovani (AUD/STJ) indicou a possibilidade de se proceder à transmissão pelo canal do órgão que sediar a reunião no YouTube. Ressaltou que a desvantagem seria quanto à forma de participação dos membros a distância, especialmente no momento de deliberação. Neste caso, teriam que se utilizar ferramentas complementares, como o *e-mail* ou o *kahoot*, de forma simultânea à transmissão.
- 4.3. Geovani ponderou ainda que, caso a reunião venha a ser realizada no TCU, aquele Tribunal já tem sistema de comunicação com os estados por videoconferência e *streaming*, essa estrutura possa ser utilizada pelo DICON. Ressaltou, entretanto, que referida



	<p>alternativa exigiria uma articulação com o TCU e suas unidades técnicas nos estados, além da locomoção dos membros do DICON para as secretarias do TCU na capital.</p> <p>4.4. O Eduardo (SF) informou que na Interlegis (rede que liga o Senado aos estados), os participantes teriam que ir até à Assembleia Legislativa do Estado e lá seria possível realizar a vídeo conferência, situação similar ao TCU.</p> <p>4.5. Foi levantada também a possibilidade de utilização do Skype.</p> <p>4.6. Outra opção seria a utilização do sistema de videoconferência do STJ, que permitiria a comunicação com 40 pontos conectados ao mesmo tempo (com áudio e vídeo), sendo que o órgão de outro estado precisa ter necessariamente um computador ligado à Internet, uma câmera de vídeo e um microfone e autofalantes. Foi ressaltado que a qualidade o serviço de Internet, neste caso, poderá variar e prejudicar a comunicação, especialmente o vídeo.</p>
5. Fórum DICON – discussão das iniciativas	<p>5.1. O Presidente relembrou as informações mais relevantes sobre o Fórum, tais como: data de realização (19 e 20/10/2017), local, linha temática, ministros que farão abertura e possíveis participações especiais. Frisou ainda que o foco do evento são os servidores das unidades de auditoria interna que exercem o papel de órgão de controle interno nos Poderes da União. Quanto ao ministro da Transparência, foi informado que, até o evento, provavelmente estará em caráter de interinidade, o que não impedirá sua participação na abertura.</p> <p>5.2. Foi apresentada a proposta de programação, composta por palestras, boas práticas e uma mesa redonda. Sem a previsão de intervalo para o café no período da manhã, em ambos os dias. A proposta foi aprovada pelos membros presentes, com a determinação de tempo de 50 minutos para boas práticas (com 30 min. para palestra e 20 min. para perguntas/debates) e uma hora para as palestras (sendo 45 min. de apresentação e 15 min. para perguntas/debates). Foi decidido ainda que a quinta-feira (19) terá encerramento previsto para as 18h e na sexta (20) para as 17h.</p> <p>5.3. O Presidente levantou a necessidade de se obter apoio (busca de patrocínio) dos demais membros nas seguintes iniciativas: lanche para o período da tarde nos dois dias do evento, confecção de <i>banners</i>, cartazes, crachás e respectivas cordinhas, customização de pastas com material (blocos, caneta) e brindes para os palestrantes/participantes. Todos ficaram de analisar e verificar qual iniciativa seria melhor apadrinhar.</p> <p>5.4. O Presidente informou que ficará com a coordenação das seguintes atividades para realização do Fórum: espaço (auditório), serviço de copeiragem durante o evento, identificação e convite dos palestrantes, planejamento e acompanhamento do evento, customização da logomarca do evento, estrutura para inscrição <i>online</i> e no local do evento, emissão de certificados, transporte para o horário de almoço, recepcionistas para credenciamento, controle de acesso ao auditório, acesso e segurança dos convidados e plantão de enfermagem.</p> <p>5.5. O nome do evento foi alterado para: “<b>Fórum brasileiro da Atividade de Auditoria Interna Governamental</b>”, que terá como objetivo o fortalecimento das atividades de auditoria interna governamental em favor da governança e da gestão. Nesse sentido, poderá</p>



	contemplar, também, as unidades de auditoria da administração pública que não exercem o papel de OCI.
6. Outros assuntos e considerações finais	<p>6.1. O presidente falou da importância de compartilhamento de informações não sensíveis relativos trabalhos em curso ou recentemente executados pelos OCI e citou como exemplo a auditoria sobre cotas de passagens que está sendo realizada no STJ. Alguns trabalhos, como esse citado, poderiam ser conduzidos pelos demais a fim de fortalecer o posicionamento das auditorias internas sobre o assunto, que é comum à maioria dos OCI do Judiciário e Legislativo.</p> <p>6.2. O presidente chamou a atenção para a decisão do STF recentemente publicada, que tem reflexos nas parcelas de quintos pagas ao pessoal ativo e aposentado, referentes ao período de 1998 a 2001. Esse assunto ficou para ser melhor debatido em reunião extraordinária a ser agendada, oportunidade em que o trânsito em julgado da decisão do STF poderá ser melhor analisado.</p>

#### **IV. DECISÕES**

1. Os representantes do Senado e da Câmara informaram que têm previsão de entregar a minuta da Missão e Visão do Dicon no mês de outubro. **(item 2.4 da seção III da ata).**
2. A identidade visual da logomarca foi aprovada por unanimidade com as cores verde, amarelo, cinza e azul, representando cada Poder da União **(item 3.2 da seção III da ata).**
3. A identidade visual para assinatura de documentos do DICON ficou definida nos termos do **item 3.3 da seção III da ata.**
4. A logística a ser utilizada e a forma de participação dos membros de outros estados das reuniões ordinárias, extraordinárias e temáticas serão definidas para cada encontro, de acordo com a disponibilidade de recursos no momento, devendo a comunicação ser feita a todos com antecedência razoável **(item 4 da seção III da ata).**
5. Os Conselheiros definiram o nome do fórum do Dicon: “Fórum brasileiro da Atividade de Auditoria Interna Governamental”, que terá como objetivo o fortalecimento das atividades de auditoria interna governamental em favor da governança e da gestão. **(item 5.5 da seção III da ata).**
6. Os Conselheiros decidiram ainda que o tempo de duração das boas práticas será de 50 minutos (com 30 min. para apresentação e 20 min. para perguntas) e uma hora para as palestras (sendo 45 min. de apresentação e 15 min. para perguntas). Foi decidido ainda que na quinta-feira o encerramento estará previsto para as 18 horas e na sexta-feira para as 17 horas. **(item 5.2 da seção III da ata).**
7. A AUD/STJ ficará responsável pela organização do Fórum de outubro/2017, compreendendo: cessão do auditório, serviço de copeiragem durante o evento, escolha e convite dos palestrantes, planejamento e acompanhamento do evento, customização da logomarca do evento, estrutura para inscrição online e no local do evento, emissão de certificados, transporte para o horário de almoço, recepcionistas para credenciamento, controle de acesso ao auditório, acesso e segurança dos convidados e plantão de enfermagem. **(item 5.4 da seção III da ata).**
8. Os representantes dos demais OCIs, membros do DICON, ficaram responsáveis por apoiar com as seguintes iniciativas para realização do fórum: dois lanches para os períodos da tarde, confecção de *banners*, cartazes, crachás e respectivas cordinhas, customização de pastas com material (blocos, caneta) e



**Conselho de Dirigentes dos Órgãos  
de Controle Interno da União**

**Ata  
Reunião Ordinária**

brindes para os palestrantes/participantes. **(item 5.3 da seção III da ata)**. Nesse sentido, aqueles que os puderem contribuir na solução dessas pendências devem informar ao presidente o mais rápido possível a disponibilidade.

**V. PROXIMA REUNIÃO**

Extraordinária	Data: 27/09/2017, às 14h30	Local: sala de conferências do STJ (previsão)
Ordinária	Data: 29/11/2017, às 14h30	Local: sala de conferências do STJ (previsão)